

## LICENÇA SIMPLIFICADA POR AUTODECLARAÇÃO (LSA)

Nº 2024.07.26-0013

Validade: 27/11/2026

A Secretária Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo, no uso de suas atribuições, expede a presente Licença Simplificada por Autodeclaração que autoriza a:

Nome/Razão Social: **ASSOCIACAO DOS MORADORES DO SÍTIO RETIRO – CARLOS RIBEIRO DE MELO**

CPF/CNPJ: **05.462.153/0001-74**

Endereço: **SÍTIO RETIRO, S/N – ZONA RURAL**

Município: **DEPUTADO IRAPUAN PINHEIRO-CE**

Processo: **2024.07.26-0013**

**LICENÇA SIMPLIFICADA POR AUTODECLARAÇÃO (LSA) PARA ATIVIDADE DE SANEAMENTO AMBIENTAL – SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA COM SIMPLES DESINFECÇÃO OU SEM ADIÇÃO DE COAGULANTES E CORRELATOS COM FILTRAÇÃO SEGUIDA DE DESINFECÇÃO, NA LOCALIDADE DO SÍTIO RETIRO, S/N, ZONA RURAL DO MUNICÍPIO DE DEPUTADO IRAPUAN PINHEIRO, NAS COORDENADAS GEOGRÁFICAS – UTM 24 M, 476229.10 m E; 9339874.92 m S, (SOB CÓDIGO 27.03), EMBASADA NO PARECER TÉCNICO Nº 2024.07.26-0013.**

### ANEXO I - CONDICIONANTES GERAIS

1. Esta licença **NÃO AUTORIZA** a supressão vegetal;
2. Esta licença **NÃO AUTORIZA** intervenções para a implantação do empreendimento ou desenvolvimento da atividade em Áreas de Preservação Permanente (APPs), em Unidades de Conservação da Natureza, em terras indígenas administradas pela Fundação Nacional dos Povos

Indígenas (FUNAI), em comunidades quilombolas e/ou em assentamentos rurais estabelecidos pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA);

3. Submeter à prévia análise da Secretaria Municipal de Meio Ambiente qualquer alteração que se faça necessária no empreendimento ou na atividade, estando o interessado sujeito às sanções previstas na Lei Federal nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, que institui a Lei de Crimes Ambientais;
4. Manter esta licença e demais documentos relativos ao cumprimento das condicionantes estabelecidas disponíveis para a fiscalização da Secretaria Municipal de Meio Ambiente.

**ADVERTÊNCIA:** O descumprimento das condicionantes desta licença implicará a aplicação das penalidades previstas na legislação ambiental, sem prejuízo da obrigação de reparar quaisquer danos ambientais.

**ADVERTÊNCIA:** A constatação de falsa declaração implica a suspensão ou o cancelamento da licença expedida, sem prejuízo das sanções administrativas, civis e penais cabíveis, bem como do dever de recuperar os danos ambientais causados, conforme o art. 27 da Resolução COEMA nº 02, de 11 de abril de 2019.

**ADVERTÊNCIA:** A atividade contemplada nesta Resolução está sujeita ao monitoramento e à fiscalização pelo órgão ambiental competente, para fins de verificação da veracidade das informações prestadas pelo ente público interessado, conforme o art. 39 da Resolução COEMA nº 02, de 11 de abril de 2019.

A Secretaria Municipal de Meio Ambiente, mediante decisão motivada, poderá modificar as condicionantes e as medidas de controle e adequação, suspender ou cancelar esta licença caso ocorra:

- I. Violação ou inadequação de quaisquer condicionantes ou normas legais;
- II. Omissão ou falsa descrição de informações relevantes que subsidiaram a expedição desta licença;
- III. Superveniência de graves riscos ambientais e à saúde.



## **ANEXO II - CONDICIONANTES DE PRAZO**

1. Publicar o recebimento desta licença no prazo de até 30 (trinta) dias corridos subsequentes à data da sua concessão, em cumprimento à Lei Federal nº 6.938, de 31 de agosto de 1981; à Lei Federal nº 10.650, de 16 de abril de 2003; ao Decreto Federal nº 99.274, de 6 de junho de 1990; e à Resolução CONAMA nº 006, de 24 de janeiro de 1986, complementada pela Resolução CONAMA nº 281, de 12 de julho de 2001;
2. Afixar, no local do empreendimento, no prazo de 30 (trinta) dias corridos subsequentes à data da sua concessão, uma placa indicativa do licenciamento ambiental, de acordo com a legislação municipal, conforme modelo disponibilizado pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente;
3. Apresentar à Secretaria Municipal de Meio Ambiente, no prazo de 30 (trinta) dias corridos a partir do início da operação do referido sistema, sob pena de suspensão ou cancelamento da operação, o Plano de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil (PGRCC);
4. Apresentar à Secretaria Municipal de Meio Ambiente, no prazo de 30 (trinta) dias corridos a partir do início da operação do referido sistema, sob pena de suspensão ou cancelamento da operação, o laudo da qualidade da água tratada;
5. Apresentar à Secretaria Municipal de Meio Ambiente, no prazo de 30 (trinta) dias corridos a partir do início da operação do referido sistema, um relatório técnico que comprove a adequação da solução técnica implementada para a potabilização da água captada no poço que abastece a comunidade. O relatório deve ser acompanhado de laudos físico-químicos e microbiológicos atualizados da água bruta e tratada, conforme as determinações da Portaria GM/MS nº 888, de 4 de maio de 2021, ou com legislações posteriores que venham a substituí-la, bem como de Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) do técnico responsável pela elaboração;
6. Apresentar à Secretaria Municipal de Meio Ambiente, no prazo de 30 (trinta) dias corridos a partir do início da operação do referido sistema, sob pena de suspensão ou cancelamento da operação, o Plano de Monitoramento da Qualidade da Água Tratada, incluindo a periodicidade das análises físico-químicas e microbiológicas, em conformidade com a Portaria GM/MS nº 888, de 4 de maio de 2021, ou com legislações posteriores que venham a substituí-la, bem como de Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) do técnico responsável pela elaboração;
7. Após o início da operação do referido sistema, apresentar semestralmente à Secretaria Municipal de Meio Ambiente os documentos comprobatórios da execução do Plano de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil (PGRCC);
8. Após o início da operação do referido sistema, apresentar semestralmente à Secretaria Municipal de Meio Ambiente os documentos comprobatórios da execução do Plano de Monitoramento da Qualidade da Água;

9. Após o início da operação do referido sistema, apresentar, anualmente, à Secretaria Municipal de Meio Ambiente, a contar da data de emissão desta licença, o Relatório de Acompanhamento e Monitoramento Ambiental (RAMA);
10. A renovação desta licença poderá ser protocolada com até 60 (sessenta) dias de antecedência em relação à expiração do seu prazo de validade, o que conferirá a prorrogação automática de seu prazo de validade até a manifestação definitiva da Secretaria Municipal de Meio Ambiente. Caso o interessado protocole o pedido de renovação antes do vencimento da licença, mas após o prazo estipulado, não terá direito à prorrogação automática da sua validade.

Essas são as considerações.

Deputado Irapuan Pinheiro-CE, 27 de novembro de 2024.

---

**PATRICIA ALVES BEZERRA**  
SECRETÁRIA DE MEIO AMBIENTE E URBANISMO